

27 MAI 1988

LINE *Sarney*

# O dever do Presidente

Em face do que dispôs esta semana, o Presidente da República assumiu um compromisso, denso e lúcido, como os que melhor o foram no seu Governo, com a tarefa do desenvolvimento nacional. A modernização do capitalismo brasileiro, objetivo que inspira o projeto de política industrial agora instituído, é um passo que tinha de ser dado com firmeza e isenção ideológica, com os olhos fixos no futuro, mas sobretudo com os olhos fixos também na conjuntura política atual que é visivelmente oposta ao modelo de desenvolvimento proposto. Como harmonizar essa dicotomia?

O presidente Sarney descuidou-se, praticamente em todo o processo constituinte, animado talvez por inibições éticas que não correspondem à sua alta responsabilidade política, de atuar junto à Constituinte visando a instrumentá-la e capacitá-la a decidir em harmonia com certas realidades que em geral só o Executivo conhece. O tabelamento dos juros, por exemplo, é um gritante desconhecimento das peculiaridades de uma política monetária. Com certeza a Constituinte não o teria adotado se o Governo a houvesse provido de subsídios concernentes à matéria. A política industrial ora instituída, justa, séria e necessária, corre o risco de inviabilizar-se por força de disposições constitucionais já aprovadas no primeiro turno porque o Governo — só ele, hipertrofiado, dispõe desses dados — não municiou a Constituinte com informações que lhe permitissem uma visão realista da problemática industrial e econômica do País. É difícil, por certo, determinar a quem pertence a culpa da omissão, se a quem não deu as infor-

mações ou se a quem não as pediu. Preferimos, porém, atribuí-la a quem, detendo-as nas suas mãos, não tomou a iniciativa embora as responsabilidades do seu cargo o obrigassem a fazê-lo.

Está em jogo interesse fundamental do País. Não pode a sociedade brasileira, nesta fase do seu desenvolvimento, prescindir das idéias e dos objetivos que informam o programa de política industrial proposto esta semana, por serem eles rigorosamente essenciais à substituição da obsolescência política do modelo atual de desenvolvimento industrial. O paternalismo que mascara a ineficiência, o intervencionismo que impede a livre operação da economia de mercado, os privilégios que alimentam os fluxos internos de transferência de renda, as escassas conquistas tecnológicas do modelo vigente, a substituição da importação de bens pela inportação de serviços, o fortalecimento excessivo da burocracia estatal que avilta e corrompe as relações entre o setor público e o setor privado, tudo se articula em um quadro de crise que nos levará ao sucateamento industrial, à lassidão e ao arcaísmo incompatíveis com as atuais responsabilidades internacionais do Brasil e com os interesses nacionais.

A supressão da reserva de mercado pelo programa de política industrial do Governo e a manutenção dela pela Constituinte; a eliminação dos subsídios, indispensável ao restabelecimento da justiça nas relações econômicas internas e à eliminação do déficit público, de um lado, e o regime corporativista instituído pela Constituinte, de outro, são conflitos em relação aos quais o Presidente da República deve estar aten-

to por ocasião do segundo turno. As imposições éticas que ele se impôs, no sentido de abster-se de atuar junto à Constituinte representam noção equivocada do conceito de soberania auto-invocado pelos constituintes. Em primeiro lugar porque realidade e soberania são conceitos antagônicos; esta não subsiste quando, como no nosso caso, a realidade social, a realidade econômica e a realidade política são extremamente restritivas; em segundo lugar porque o lobby classista já se encarregou de destruir as veleidades.

O Presidente da República tem o dever de atuar no sentido de esclarecer, municiar, subsidiar, embora reconhecamos que não o tenha quando se trata de utilizar meios ilícitos de pressão. O esclarecimento completo das diversas e complexas questões sobre as quais se debruça e decide a Constituinte é um dever político do Chefe da Nação e do qual não poderá abdicar sem perda essencial para a qualidade do seu próprio governo e, nas atuais circunstâncias, notadamente em face do programa de política industrial, sem perda também de conquistas essenciais ao futuro econômico do País.

Espera-se que o Presidente, uma vez decidida, na próxima semana, a questão que mais o aflige, a do mandato, se dedique a tornar exequível, à luz das disposições constitucionais, o seu projeto de modernizar o Brasil, ajustando-o à realidade internacional. O abandono das teses populistas tão do agrado da atual liderança política, e sua substituição por um realinhamento e uma reaglutinação das forças que detêm o poder de fato no País são objetivos que, esperamos, venham a assinalar a última fase do seu Governo.